

## CIDADES

## LAGO NORTE

A ocupação desordenada nas novas quadras do bairro será discutida hoje em reunião dos moradores com representantes de ONGs e da prefeitura

# Moradores reprovam invasões

Kátia Marsicano

Da equipe do Correio

**M**oradores e representantes do Fórum das Organizações não-governamentais Ambientais do Distrito Federal se reúnem hoje, na sede da Prefeitura do Lago Norte, para decidir o que fazer para controlar a ocupação desordenada nas novas quadras do bairro. São ao todo 52 lotes, leiloados em março

pelo GDF para pagamento de dívidas trabalhistas com 209 funcionários da Novacap, que começam a ser cercados e construídos.

Localizados nas QI 2 e QL 2, ao lado da Ciclovía, os lotes ameaçam a mata próxima ao lago e a própria margem, invadida pelos proprietários que desrespeitam a legislação que proíbe a ocupação a menos de 30 metros da margem (Resolução 004/85, do Conselho Nacional de Meio Ambien-

te). "Permitir mais um adensamento populacional, sem controle, é comprometer a qualidade de vida das pessoas", diz o secretário-executivo do Fórum, João Arnolfo Carvalho.

Uma das preocupações é com a invasão de áreas públicas, como tem sido sugerida pelos vendedores aos interessados em ter um lote no Lago Norte. Cada lote de 800 m<sup>2</sup> está sendo oferecido com mais 450 m<sup>2</sup> de área verde,

ou seja, área pública. A média de preço dos lotes é de R\$ 220 mil, num dos locais mais privilegiados do bairro, próximo à ponte do Braghetto.

"Vamos acompanhar tudo", afirma a secretária de Meio Ambiente da Prefeitura da Península Norte, Dolores Pierson. Na última reunião sobre o assunto, realizada terça-feira, os moradores se mostraram dispostos até a entrar na Justiça para exigir licen-

ciamento ambiental e audiência pública. Segundo a Lei Orgânica do DF, todos os projetos de parcelamento de solo estão condicionados à apresentação de estudo de impacto ambiental, antes de serem licenciados. E no artigo 279, inciso II, além de estar assegurada a participação da comunidade nessas decisões, o Poder Público está obrigado a realizar diagnóstico e o zoneamento ambiental do território.